

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Antônio José Lorenzzi Neto

BRICS na África: neocolonialismo? Uma análise sobre as relações econômicas entre BRICS e África sob a perspectiva decolonial.

Trabalho de Conclusão de Curso

Dourados

Março 2017

Antônio José Lorenzzi Neto

BRICS na África: neocolonialismo? Uma análise sobre as relações econômicas entre BRICS e África sob a perspectiva decolonial.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. João Nackle Urt.

Dourados

Março 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L869b Lorenzzi Neto, Antonio Jose

BRICS na África: neocolonialismo?: Uma análise sobre as relações econômicas entre BRICS e África sob a perspectiva decolonial / Antonio Jose Lorenzzi Neto -- Dourados: UFGD, 2017.

46f. : il. ; 30 cm.

Orientador: João Nackle Urt

TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Colonialidade. 2. Modernidade global. 3. Economia. 4. Sistema-mundo. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e dois dias mês de março de 2017, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais o (a) aluno (a) **Antônio José Lorenzzi Neto** tendo como título *"BRICS na África: Neocolonialismo? Uma análise sobre as Relações Econômicas entre BRICS e África sob a Perspectiva Decolonial"*.

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. João Nackle Urt (orientador), Dr. Bruno Boti Bernardi (examinador) e o Dr. Hermes Moreira Junior (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado (a) APROVADO.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: Recomendado para publicação.

Assinaturas:

Dr. João Nackle Urt
Orientador

Dr. Bruno Boti Bernardi
Examinador

Dr. Hermes Moreira Junior
Examinador

Dedico este trabalho a meus pais que sempre apoiaram meus estudos.

Agradecimentos

Primeiramente, a meus pais Tânia Mota e Darci Lorenzzi por apoiarem meus estudos e me proporcionarem esta etapa de minha vida.

A minha família, em especial às minhas irmãs pelos seus conselhos.

Aos meus orientadores Tchella Maso e João Urt, pela aprendizagem e conhecimento, que contribuíram para o amadurecimento e expansão dos horizontes de minha experiência acadêmica.

A meus amigos Lisa Camara, Eduardo Lemos, Marina Rigolin e Lucas Carrilho, por toda a convivência diária, dentro e fora da faculdade, desde que me mudei para Dourados. Vocês se tornaram minha família daqui. Também aos meus amigos Juliana, Talysson Stephany, Renata, Otávio, Narjane, Bruna, Amanda e Luara pelas aventuras que tivemos juntos durante a graduação.

Aos meus amigos de Cuiabá, Nathalia, Leonardo, Morgana, Ana Luísa, Zardo e Amanda que, apesar da distância, sempre me apoiaram.

A todas e todos servidores (as) e professores (as) da FADIR pela dedicação em construir um excelente curso em Relações Internacionais, do qual tenho orgulho de ter sido parte.

“es tiempo de aprender a liberarnos del espejo eurocéntrico donde nuestra imagen es siempre, necesariamente, distorsionada. Es tiempo, en fin, de dejar de ser lo que no somos.”
QUIJANO, 2000.

Resumo

A ascensão econômica e política dos BRICS, a partir da década de 2000, frente ao declínio relativo das potências ocidentais despertou, em alguns autores, a ideia de que poderiam ser uma alternativa contra-hegemônica do Sul global, isto é, uma coalizão desafiadora do *status quo* internacional dominado por Estados Unidos e Europa. Outros possuem visão mais cética a respeito da capacidade e da justificativa dos BRICS em relação a isto. O objetivo deste trabalho consiste em fazer uma análise crítica sobre a posição dessa coalizão como resistência à hegemonia global, a partir das relações econômicas mantidas com o continente africano, sob a hipótese de neocolonialismo. Para tal, buscou-se explorar e revisar a bibliografia a respeito do tema, com foco nas relações econômicas entre BRICS-África, e das abordagens decoloniais aplicadas às Relações Internacionais. Primeiramente, utilizam-se elementos como a colonialidade, eurocentrismo e modernidade global, para se entender a posição atribuída aos BRICS no cenário mundial. Em seguida, são elucidadas algumas características das relações econômicas mantidas por cada Estado integrante do agrupamento com alguns países africanos, as quais se configuram pela lógica capitalista de acumulação de riquezas, por parte dos BRICS, o que intensifica a dependência do continente africano e contradiz a horizontalidade do discurso Sul-Sul propagado pela coalizão. Por fim, neste sentido, é apresentada a posição neocolonialista em relação à presença dos BRICS na África, na medida em que acumulação de riquezas e dependência são conceitos chave de colonialismos.

Palavras-chave: colonialidade; modernidade global; economia; sistema-mundo.

Abstract

The economic and political rise of the BRICS facing the stagnation and decline of the great powers of the Western World brought the idea that this international arrangement could be an alternative over the North hegemony. Some authors see the BRICS as a *status quo* challenger, while others keep some skepticism about whether they are real challengers or not. The main goal of this paper is to provide a critical analysis about BRICS' position in the world system by means of its economic relations with Africa, under perspectives of *neocolonialisms*. In order to do so, the theoretical basis of this work will be part of the subaltern studies in which it is discussed ontological elements such as colonialism, eurocentrism and global modernity in the interest of understanding BRICS' international position in the world scene. In addition, some characteristics of the economic relations maintained by each member state of the grouping with some African countries are explained. These relations are shaped by the capitalist logic of accumulation of wealth by the BRICS, which intensifies the dependence of the African continent and contradicts horizontality of the South-South discourse propagated by the coalition. Finally, in this sense, the neocolonialist position regarding the presence of the BRICS in Africa is presented, as accumulation of wealth and dependence are key concepts of colonialism.

Key-words: coloniality; global modernity; economy; world-system.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
FORMAÇÃO DO MODERNIDADE GLOBAL E OS BRICS	13
Formação do moderno sistema-mundo	13
Modernidade global	16
Globalcentrismo e os BRICS	20
NOVA CORRIDA PARA A ÁFRICA	23
Conjuntura: África na economia global	23
China	25
Brasil	27
Rússia	29
Índia	31
África do Sul e os BRICS	32
BRICS NA ÁFRICA: NEOCOLONIALISMO?	35
Casos de irregularidades na atuação de empresas dos BRICS na África	36
Incoerência entre a realidade e o discurso Sul-Sul	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	44

1. Introdução

A expressão BRICS¹ foi mencionada pela primeira vez nos relatórios de Jim O'Neill para Goldman Sachs no começo da década de 2000. Estes relatórios consistiam em “prognósticos sobre a evolução das economias de Brasil, Rússia, Índia e China (os “BRICs”, ainda sem a África do Sul), que previam um desempenho econômico marcadamente superior para esses países em relação àquelas projetadas para os países do G-7”. (DAMICO, 2015, p. 55). O que foi idealizado, a princípio, apenas como um conjunto de países considerados economicamente promissores, pela iniciativa dos países inclusos neste, tomou rumo à construção de uma agenda diplomática coletiva e levou à conseguinte gradual institucionalização do grupo. O contexto de crise econômica dos países centrais, sobretudo após 2007, juntamente ao descontentamento da maior parte da periferia com as políticas econômicas das velhas potências internacionais possibilitou a ascensão deste grupo no cenário internacional.

Neste contexto, os BRICS iniciaram a partir de 2009 a formação de anuais Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo dos países-parte do grupo para se discutir, a princípio, a agenda financeira e econômica internacional. Acontece que a agenda deste grupo, a partir do estreitamento das relações e convergência política, transbordou para vários outros temas, mas de menor relevância para o grupo, como segurança, desenvolvimento, educação entre outros. Isto pode ser visto como um processo rumo à institucionalização do agrupamento, a qual tem como marco a declaração da Cúpula de Fortaleza em 2014, que consta a criação do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS e do Acordo de Contingente de Reservas.

Como foi mencionado, o descontentamento por parte da periferia do sistema em relação às políticas do Norte que definem a arquitetura econômica internacional fez com que os BRICS se aproximassem destes países. O apoio destes países periféricos é de extrema importância para a afirmação dos interesses da coalizão, o que motivou uma caminhada rumo ao continente africano. Estes países, embora tenham sua independência formal reconhecida, não se tornaram de fato emancipados das amarras do sistema colonial e suas economias permaneceram dependentes do Centro, suas antigas metrópoles. Contudo, a partir da crise de 2008, a estagnação da presença econômica dos países centrais, em virtude da fragilidade que se encontravam suas economias e, frente a

¹ Agrupamento internacional formado por Brasil, Índia, China, Rússia e, desde 2011, África do Sul.

resistência dos BRICS aos efeitos da crise, possibilitou uma maior participação do agrupamento no continente.

Partindo do pressuposto de que existe uma condição de dependência africana em relação à presença das economias mais avançadas, o crescimento da participação econômica dos BRICS na África pode ser traduzido como uma nova corrida para a África, o que pode perpetuar a lógica colonial, ou seja, uma forma de neocolonialismo², uma vez que estes países se alinham com as potências ocidentais na busca por recursos naturais e mercados para seus produtos. Assim, o objetivo principal deste trabalho será analisar as características das relações econômicas entre BRICS e África e se podem ser configuradas como neocolonialismo. Para tal, o trabalho será dividido em três seções.

Primeiro, vai-se estudar um pouco sobre as perspectivas teóricas dos estudos decoloniais e do sistema-mundo, aplicadas às relações internacionais, a fim elucidar elementos como colonialidade, eurocentrismo, desenvolvimento, “globalcentrismo” que são relevantes para o entendimento do surgimento e da posição dos BRICS no cenário internacional. Assim, será possível entender em que contexto se constroem as relações econômicas entre BRICS e África. Estas, em seguida, serão detalhadas na segunda seção que indicará os principais interesses dos BRICS no continente africano, recursos naturais e novos mercados; taxas de crescimento de comércio e IEDs. Por fim, serão elucidadas as controvérsias resultantes da interação entre estes dois grupos de atores, as quais contribuem para a manutenção do *status quo* desigual na distribuição de riquezas entre os países periféricos e centrais.

² Neocolonialismo decorre da extensão do colonialismo em todos os seus âmbitos, porém por outros meios, dado o reconhecimento das independências formais das antigas colônias. (PFRIEMER; BARBOSA, 2017).

2. Formação da modernidade global e os BRICS

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar uma síntese do referencial teórico que orienta o presente trabalho, a fim de contextualizar o tema dos BRICS na área das Relações Internacionais a partir da perspectiva de elementos da teoria decolonial e da teoria do sistema-mundo. Essas abordagens partem de pressupostos ontológicos não muito comuns no *mainstream* teórico no campo das Relações Internacionais. Assim, a proposta deste capítulo consiste em fazer uma análise da formação do sistema-mundo contemporâneo para que se possa entender qual é o sentido da globalização abordada quando se trata dos BRICS, e, por fim, elucidar a suposta ascensão deste agrupamento internacional, bem como a posição em que se encontra na atual conjuntura. O capítulo será dividido em três tópicos, em que o primeiro apresentará a formação do sistema-mundo moderno e colonial; o segundo abordará a globalização fruto desse sistema; e o último discutirá a ascensão e a posição alcançada pelos BRICS nesse sistema mundial moderno.

2.2. Formação do moderno sistema-mundo

A configuração atual do sistema internacional e a globalização em curso têm suas formações estruturadas com a colonização europeia iniciada no século XV, a qual consiste no “proceso que comenzó con la constitución de América y la del capitalismo colonial/moderno y eurocentrado como un nuevo patrón de poder mundial” (QUIJANO, 2000, p. 246). Este processo se fez fundamentado em dois principais alicerces atrelados à lógica da dominação/exploração. Primeiro, a classificação social sob a ideia de raça, o que desencadeou a formação de uma hierarquia intersubjetiva entre Europeu e não-Europeu³, em que o primeiro representava o moderno e civilizado enquanto o outro significava o mítico e o primitivo⁴. O segundo alicerce compreende a formação do controle do trabalho, recursos e produtos pela expansão da lógica capitalista em âmbito interno e externo, o qual divide a população socialmente em padrões e trabalhadores e distribui geograficamente as riquezas e formas de trabalho no cenário internacional. Em

³ Europeu consiste em Europa Ocidental exclusivamente, uma vez que a dominação europeia capitalista também atingiu a Europa Oriental, contudo de forma diferente em relação às antigas colônias da América, África e Ásia. Ver Quijano, Wallerstein. In those peripheral zones...

⁴ Ver Chakrabarty ilustra essa dicotomia hierarquizada entre estes dois “grupos” no seu argumento que evidencia a colonialidade nas epistemologias do saber que faz o conhecimento (científico) europeu universal enquanto que as outras não-europeias (Chakrabarty enfatiza as “filosofias orientais” chinesa e indiana) são atribuídas caráter mítico-religioso.

outras palavras, isso

se refiere sucintamente al control del trabajo moldeando principalmente el manejo y manipulación del medio ambiente y de las tecnologías de sobrevivencia. Mientras que [...] el control de la subjetividad/intersubjetividad se refiere a la producción de sentidos sociales incluidos aquí los imaginarios, las memorias históricas y las perspectivas centrales de conocimiento (QUINTERO, 2010, p.5).

Estes dois pilares, como afirma Quijano (2000), garantiram que a sede do processo de construção do sistema capitalista mundial fosse a Europa Ocidental, uma vez que o padrão de controle do trabalho foi baseado na ideia de raças. A mercantilização do trabalho, a relação capital-salário e o controle sobre os recursos e produtos, portanto, foram construídos sob um padrão que beneficiava a Europa Ocidental em detrimento das demais regiões e populações mundiais. Quijano afirma que

Esa condición de sede central del nuevo mercado mundial, no permite explicar por sí misma, o por sí sola, por qué Europa se convirtió también, hasta el siglo XIX y virtualmente hasta la crisis mundial alrededor de 1870, en la sede central del proceso de mercantilización de la fuerza de trabajo, es decir del desarrollo de la relación capital-salario como forma específica de control del trabajo, de sus recursos y de sus productos. Mientras, en cambio, todo el resto de las regiones y poblaciones incorporadas al nuevo mercado mundial y colonizadas o en curso de colonización bajo dominio europeo, permanecían básicamente bajo relaciones no-salariales de trabajo, aunque, desde luego ese trabajo, sus recursos y sus productos, se articulaban en una cadena de transferencia de valor y de beneficios cuyo control correspondía a Europa Occidental. No hay nada en la relación social misma del capital, o en los mecanismos del mercado mundial, en general en el capitalismo, que implique la necesidad histórica de la concentración, no sólo, pero sobre todo en Europa, del trabajo asalariado y después, precisamente sobre esa base, de la concentración de la producción industrial capitalista durante más de dos siglos. [...] El hecho es que ya desde el comienzo mismo de América, los futuros europeos asociaron el trabajo no pagado o no asalariado con las razas dominadas, porque eran razas inferiores. (QUIJANO, 2000, p. 5)

Assim emergiu o contexto que alicerçou a moderna Divisão Internacional do Trabalho, a qual se faz permeada por elementos da colonialidade e reproduz a dominação europeia sobre as demais regiões até a contemporaneidade.

Essa divisão internacional do trabalho, formalizada pela colonização durante trezentos anos expandiu-se sob a lógica capitalista e imperialista, mesmo após os processos de independência das colônias serem reconhecidos a partir do século XIX. Em outras palavras, o padrão colonial de controle do trabalho enraizado fez com que as antigas colônias se especializassem ainda mais em perder, enquanto Europa se especializava em ganhar na Divisão Internacional do Trabalho

(GALEANO, 1981). Esta divisão pode ser traduzida como a “hierarchy of occupational tasks, in which tasks requiring higher levels of skill and greater capitalization are reserved for higher-ranking areas” (WALLERSTEIN, 1976, p. 231).

Wallerstein ainda afirma que essas são as bases da formação do moderno sistema-mundo dividido entre Centro e Periferia, que possibilitou o desenvolvimento de uma economia-mundo⁵ europeia. Para Wallerstein

Three things were essential to the establishment of [...] a capitalist world-economy: an expansion of the geographical size of the world in question, the development of variegated methods of labor control for different products and different zones of the world-economy, and the creation of relatively Strong states machineries in what would become the core-states of this capitalist world-economy. (WALLERSTEIN, 1974, p. 38).

Assim, compreende-se que existe uma totalidade temporal e espacial de reprodução da matriz de poder europeia por meio do estabelecimento do capitalismo mundial. Costa (2005) reforça esta ideia, ao afirmar que, sistemicamente, não é possível excluir-se da lógica capitalista e que este é o contexto de concepção da modernidade.

[...] em fins do século XIX havia um único sistema histórico na face da terra. “Por primera vez en la historia del planeta hubo un solo sistema histórico en el orbe. Se creó una situación estructural completamente nueva, ya que ahora no había sistemas históricos coexistentes fuera del único sistema superviviente llamado economía-mundo capitalista”. (WALLERSTEIN, 1998, p.252) O nascimento da economia-mundo europeia em fins do século XV abriu as portas da Modernidade, deu origem ao “moderno sistema mundial” também chamado por Wallerstein de “sistema do capitalismo histórico” (COSTA, 2005, p. 28)

Em suma, a modernidade se faz sob elementos coloniais da matriz de poder europeia, a qual se expandiu pelo mundo e determinou a geografia social do capitalismo, do qual a Europa se fez o centro. Embora a colonização formal tenha sucumbido com os processos de independências iniciados no século XIX, a formação dos novos países nos moldes do Estado-nação europeu e controlados por elites locais europeizadas fortaleceu ainda mais a disposição sistêmica de poder no âmbito internacional. Esta conjuntura retrata a condição diária que permeia a sociedade moderna por completo e, neste sentido, Quintero (2010) argumenta que

al hablar de colonialidad se está denotando el patrón de poder global del

⁵ A economia-mundo [...] “envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica” (BRAUDEL, 1998a *apud* COSTA, 2005, p. 27)

sistema-mundo moderno/capitalista originado con la conquista de América, por parte del colonialismo europeo del siglo XVI (principalmente español y portugués), continuado bajo la hegemonía francesa y holandesa durante el siglo XVIII, prolongado con el imperialismo inglés en el siglo XIX, y extendido con el dominio del imperialismo norteamericano desde principios del siglo XX hasta hoy en día, a través de una larga lista de transformaciones y transmutaciones de las dimensiones subjetivas (clasificaciones sociales) y materiales (formas de control del trabajo) de este patrón. Por ende, es posible hablar de una matriz colonial del poder, en tanto que sistema ordenador y acumulativo de las relaciones sociales y de la disposición del poder” (QUINTERO, 201, p. 11).

Quintero trabalha com a abordagem dos ciclos hegemônicos⁶ de Wallerstein, segundo a qual a expansão da lógica capitalista se faz em ciclos em que há sempre uma hegemonia imperialista financiadora. E é interessante notar que são todas de origem europeia, exceto pela estadunidense, que é uma antiga colônia habitada por descendentes de europeus, que foram capazes de superar a condição sistêmica periférica. Trata-se uma exceção à inflexibilidade do *status quo* mundial, que reforça a má distribuição geográfica das riquezas, em vez de diminuí-las⁷. Apesar desse caráter de automanutenção, algumas vertentes teóricas afirmam terem existido e ainda existirem vias alternativas à lógica capitalista⁸ e formas de superação da posição sistêmica, como o desenvolvimentismo.

2.3. Modernidade Global

A impossibilidade de transição sistêmica dentro da Divisão Internacional do Trabalho forçada pela lógica capitalista, a partir dos anos 1970 foi confrontada pela periferia do sistema ascendente no cenário internacional por meio da descolonização formal das remanescentes colônias, sobretudo na África e na Ásia. Para estes novos países, o desenvolvimento econômico seria a chave para superação dos problemas causados pela má distribuição geográfica das riquezas.

⁶ Wallerstein afirma que os ciclos hegemônicos “consistem na ascensão e declínio de sucessivos fiadores da ordem global, cada um com seu padrão particular de controle” e cada ciclo dura por volta de 100 a 150 anos. (WALLERSTEIN, 2002a *apud* COSTA, 2005, p.31)).

⁷ A inflexibilidade sistêmica se dá pelo fato de que “Since a capitalist world-economy essentially rewards accumulated capital, including human capital, at a higher rate than “raw” labor power, the geographical maldistribution of these occupational skills involves a strong trend toward self-maintenance. The forces of the marketplace reinforce them rather than undermine them. (WALLERSTEIN, 1976, p. 231)

⁸ Dirlik (2005) afirma que o socialismo soviético foi uma alternativa à lógica capitalista até o fim da década de 1980 com a queda da URSS.

Assim surgiram os planos desenvolvimentistas⁹, sobretudo na América Latina a partir da década de 1950, com os formuladores do pensamento cepalino que acreditavam que a superação dos impasses da periferia seria possível pelo desenvolvimentismo, que para eles consistia em industrialização.

O tema desenvolvimento ganhou mais espaço na agenda das Relações Internacionais a partir de então. Esta pauta do desenvolvimento econômico, como solução para a disparidade social e econômica entre Centro e Periferia, foi muito discutida pelos países centrais, a ponto de surgirem mobilização internacional, Organizações Internacionais e programas, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), focados neste assunto¹⁰. Neste contexto, o desenvolvimentismo acabou tornando-se mais uma forma de controle sobre a periferia na medida em que foi atrelado ao conceito de modernização nos moldes europeus, isto é, para que se fosse possível superar os impasses da periferia seria necessário desenvolver-se como nação aproximando dos ideais e moldes europeus de desenvolvimento e modernização. Foi nesta conjuntura que se deu continuidade ao processo de expansão da lógica capitalista pelo mundo moderno formado por Estados nacionais controlados por elites que reforçavam aquela matriz de poder eurocentrada.

Antes de abordar a respeito da globalização recente, é significativo apontar a participação do socialismo nesse contexto de expansão do sistema-mundo. Para Dirlik (2005), o socialismo representado pela União Soviética principalmente era visto como uma alternativa à lógica capitalista em suas pretensões globais, mas isso durou até o fim da década de 1980 em que houve o desmanche da URSS e consequente enfraquecimento da ideologia socialista pelo mundo. Este contexto abriu caminho para a globalização do capital (DIRLIK, 2005), juntamente ao desenvolvimentismo incitado na região periférica que possibilitou, por exemplo o surgimento de novos centros de capitais corporativos no sudeste asiático, por

⁹ Martins (2007) afirma que a crise de hegemonia britânica impediu possibilitou o desencadeamento de movimentos revolucionários que buscavam impulsionar a industrialização na América Latina. Os processos e resultados desses movimentos foram díspares e existiram vários autores que dialogaram a respeito dessa questão como Eduardo Prebisch, Vânia Bambilra, Celso Furtado, entre outros.

¹⁰ É pertinente ressaltar que um dos objetivos da Organizações das Nações Unidas é a relacionado a superação dos impasses internacionais no âmbito econômico e social, que representam o desenvolvimento de uma Nação nos padrões centrais. A exemplo disto têm-se a criação da FAO e do PNUD.

exemplo. Uma vez que a grande apropriação do capitalismo no sudeste asiático a partir do período de Guerra Fria, em que Japão, financiado pelos EUA, desenvolveu-se economicamente ao ponto de impulsionar os demais países do continente, que ficaram conhecidos como Tigres Asiáticos. Esta conjuntura, juntamente com o grande crescimento da economia chinesa, resultou no surgimento de uma importante região de capital e investimento para o capitalismo (TORRES FILHO, 2000).

Este panorama internacional iniciou-se, sobretudo a partir do início da década de 1990, em que havia uma forte presença de ideais neoliberais em muitas regiões do mundo, o que influenciou as perspectivas (neo)desenvolvimentistas¹¹ que estavam sendo formuladas e aplicadas principalmente na periferia do sistema. No caso do Brasil, o plano Real e o governo Fernando Henrique Cardoso reproduziram as diretrizes dessa perspectiva neoliberal, supostamente para conduzir o país ao desenvolvimento e superação de sua condição periférica. Em âmbito global, o surgimento de novos centros de capitais na região asiática, impulsionados principalmente por China e Índia.

A globalização do capital atingiu proporções geográficas que representam uma totalidade espacial e temporal de abrangência da lógica capitalista, isto é, não há mais alternativas viáveis, como fora o socialismo, à modernidade (DIRLIK, 2005). Os países que se excluíram a essa modernidade se encontraram em condições extremamente desfavoráveis como é o caso de Cuba, que sofreu bloqueios e sanções do restante do mundo ao se manter como um país socialista mesmo após o desmanche da União Soviética. Essa condição de proliferação global do capitalismo é para Dirlik traduzida no novo conceito de “globalcentrismo”, uma derivação do Eurocentrismo, mas com especificidades: *“This new situation is a product of modernity, but it needs to be recognized nevertheless for the new kinds of contradictions it presents, which differentiate it from a period of Eurocentric modernity.”* (DIRLIK, 2005, p. 6). Entende-se que esta nova condição do sistema ainda se faz permeada pela colonialidade, mas com novas contradições

¹¹ Para Martins (2006, p. 155) “a retomada da expansão da economia mundial traz [...] a necessidade de se discutir os rumos do desenvolvimento nacional, regional e mundial. A temática do desenvolvimento ressurgiu globalmente”.

contemporâneas um pouco mais complexas.

A partir dos anos 1990, portanto, a modernidade atingiu um estágio que compreende um descenso da hegemonia euro-americana, em que há uma descentralização ideológica e organizacional, “including in the emergent values and organizations of political economy, which makes it possible to speak of ‘globalcentrism’ against an earlier Eurocentrism.” (DIRLIK, 2005, p. 5). O que para Dirlik pode consistir em duas explicações.

Se, por um lado,, a modernidade global pode ser entendida como o fim do colonialismo, como produto da descolonização e ascensão das ex-colônias (formais, como a Índia, ou informais, como a China) no cenário internacional, que reivindicam a necessidade de superar aquela lógica da Divisão Internacional do Trabalho. Por outro lado, pode-se compreender o “globalcentrismo” como

the universalization and deepening of colonialism, in the internalization by societies globally of the premises of a capitalist modernity, deeply entangled in colonialism, to which there is now no viable alternative [...] necessitating the incorporation in its operations of new states that are crucial to global management and a voice for the classes of its creation who provide the personnel for that management. (DIRLIK, 2005, p. 7).

Esta internalização e aprofundamento do colonialismo nas sociedades globalmente se faz por meio do avanço e busca pela modernização, em que as assunções atreladas a ela giram em torno de uma “fetishization of development, or developmentalism, for which the sole model is capitalist development, with some local modifications” (DIRLIK, 2005 p. 6).

Isto implica que o declínio hegemônico euro-americano, na verdade, consiste em uma transformação da modernidade capitalista, mantendo a matriz de poder europeia. Esta mudança consiste na difusão da reprodução da lógica capitalista por novos centros de poder¹² que ascenderam por meio da modernização vendida pelo Centro do sistema em forma de desenvolvimentismo e carregada de elementos de colonialidade. Em suma, “*It was capitalist modernity that produced the societies—as we have them presently—which now make their own claims on modernity against Euro-American domination.*” (DIRLIK, 2005 p. 5). Os BRICS são exemplos dessas sociedades produzidas pela modernidade capitalista, as quais internalizaram profundamente a lógica do sistema até alcançarem posições privilegiadas no sistema mundial.

¹² Centro de poder, neste caso, não denota aquela divisão sistêmica entre Centro e Periferia.

2.4. Globalcentrismo e os BRICS

A partir da lógica do “globalcentrismo” se pode entender como Goldman Sachs¹³ considerou em 2010 os primeiros dez anos do século 21 como a “Década do BRICS” e a quantidade de estudos e abordagens produzidas a respeito destes países. De um lado, tem-se a ideia de que os BRICS poderiam “ser uma alternativa contra-hegemônica do Sul global” (GARCIA, 2016, p.12), além dos discursos midiáticos¹⁴ que consideram a coalizão como desafiadora do *status quo* internacional dominado por Estados Unidos e Europa, do outro têm-se autores, como Francesca Beausang¹⁵, que possuem visão mais cética a respeito da capacidade e da justificativa daqueles países em se fazerem condutores da resistência do Sul Global às grandes potências ocidentais. Indiscutivelmente, tanto cética quanto otimista, a grande produção a respeito deste tema ressalta a importância e reconhecimento internacional alcançado pela coalizão na modernidade global.

Embora tenha surgido apenas como um acrônimo internacional idealizado por Jim O’Neill¹⁶, este agrupamento internacional acabou tornando-se cada vez mais complexo em políticas e ideais e coerente a despeito da diversidade dos integrantes. A conjuntura internacional, no decorrer dos anos 2000, possibilitou que alguns Estados como Brasil, Índia e China, por exemplo, utilizassem seu recém-adquirido peso na economia global (alguns mais elevados que outros) para negociar uma governança global mais representativa. Estes países, em formas de coalizão como “o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-Africa do Sul (IBAS) e o BRICS [...] se identificam com a demanda do mundo em desenvolvimento por uma ordem internacional mais

¹³ Goldman Sachs é um dos maiores e mais importantes bancos de investimentos internacionais da contemporaneidade.

¹⁴ Ver BELLO, W. *The BRICS: Challengers to the global status-quo*. August 29, 2014, disponível em <fpif.org/brics-challengers-global-status-quo>. Acesso em: dezembro 2016.

DESAI, R. *The BRICS are building a challenge to western economic supremacy*. The Guardian, 2 April 2013, em www.theguardian.com/commentisfree/2013/apr/02/brics-challenge-western-supremacy. Acesso em: dezembro 2016.

¹⁵ Ver BEAUSANG, Francesca. *Globalization and the BRICs Why the BRICs Will Not Rule the World for Long*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2012.

¹⁶ No início dos anos 2000, Jim O’Neill, economista do Goldman Sachs, idealizou, pela primeira vez, em seus relatórios para este banco de investimentos o acrônimo BRICS. O’Neill, relevando aspectos políticos, agrupou países que na época obtivessem taxas elevadas de crescimento de PIB, grande território, população e renda per capita, a título do modismo do mercado financeiro como ocorreu com os “Tigres Asiáticos”.

inclusiva” (FOLLY, ABDENUR, et al. 2015, p. 82) e se fazem como movimento anti-hegemônico do sistema (Idem). Estes fatores representam o reflexo do deslocamento da hegemonia organizacional e ideológica euro-americana do centro para a periferia do sistema.

O ano de 2008 foi o ano mais importante para a análise deste deslocamento de poder, pois foi quando se desencadeou nos países centrais uma grande crise econômica que afetou seus respectivos desempenhos econômicos, ao passo que os Estados periféricos mais desenvolvidos economicamente se fizeram mais resistentes aos efeitos da crise. Damico (2015) afirma que esta conjuntura evidenciou a imprescindibilidade de reformas na governança internacional, principalmente no âmbito financeiro, que contemplassem a nova configuração multipolar¹⁷. Afinal, já não era possível discutir a agenda global e as soluções para seus problemas substanciais sem a presença destes países.

Neste sentido, surgiu a série de encontros que fortaleceram a presença internacional do grupo e estreitaram as relações intra-BRICS, como o encontro de ministros das relações exteriores no ano de 2008 em Ecatimburgo, seguido de duas reuniões com os líderes do grupo no Japão e no Brasil que resultaram na confirmação da execução da primeira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos BRICS em 2009 na cidade de Ecatimburgo. O fato da primeira reunião de Cúpula dos BRICS ter sido realizada poucos meses após a eclosão da crise financeira de 2008 carrega o simbolismo da resistência anti-hegemônica atribuída aos BRICS, isto é, que estes países alcançaram uma posição no sistema em que podem fazer oposição ao atual centro, para afirmar seus interesses (DAMICO, 2015).

A partir deste momento, a coalizão tornou-se mais coesa em sua formação, desenvolvendo maior confiança entre os integrantes, não mais sendo apenas um grupo de países com características similares, mas com o propósito de convergência política referente à transformação da estrutura internacional. Assim, Brasil, China, Índia e Rússia e África do Sul passaram a se identificar como membros dos BRICS e acordaram que a cooperação “intra-BRICS” deveria ser intensificada ainda mais.

¹⁷ Ordem internacional multipolar representa a descentralização da balança de poder internacional traduzido no surgimento de novos polos de poder fazendo oposição concentração de poder estadunidense quase exclusiva após o fim da Guerra Fria.

Este objetivo foi realmente levado a sério, uma vez que de 2006 a 2015 as relações econômicas entre os Estados-parte sofreu aumento de 163%, passando de US\$ 93 bilhões para 244 bilhões¹⁸.

Por conseguinte, esta intensificação das relações econômicas gerou certa confiança entre os países, a qual possibilitou que sua agenda transbordasse para temas diversos, além das finanças, como educação, ciência, tecnologia, segurança, saúde, etc. que foram sendo absorvidos e discutidos nos encontros do foro. Esta formação mais coesa evidencia quão determinados estão estes Estados no objetivo de se modernizar sob a perspectiva europeia, ao ponto de em alguns setores e âmbitos das relações internacionais a presença deles substituir ou se aproximar em grau de relevância da hegemonia euro-americana. A respeito disto, têm-se a relação e a aproximação dos BRICS com o continente africano, desde a adesão Sul-Africana, as relações multilaterais com o continente por meio de programas para o desenvolvimento até as relações bilaterais entre os países do agrupamento e alguns países africanos.

¹⁸ Itamaraty, Economic Data and Trade Statistics. Disponível em <<http://brics.itamaraty.gov.br/about-brics/economic-data>> Acesso em: 29 de junho de 2016. Itamaraty, BRICS Comércio Exterior. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/images/dadoseconomicos/ComrcioExterioroBRICSABRIL192016T2.pdf>> acessados em 29/06/2016> Acesso em: 29 de junho de 2016.

3. Nova corrida para a África

O objetivo deste capítulo, em âmbito geral, consiste em analisar o estreitamento das relações entre os países BRICS e a África a partir dos anos 1990. Para tal, se dividirá o capítulo em seções. Primeiramente, para entender as perspectivas da coalizão sobre a África, será abordada a conjuntura do continente africano que é abundante em recursos, mercado, mão-de-obra, o que atrai muitos investimentos e capitais externos. Este é o caso de países como Brasil, Rússia China e Índia, que têm aumentado a prioridade de suas relações econômicas com esse continente. Assim, em seguida, serão explicitadas as características individuais das relações econômicas entre os países dos BRICS em Fluxo de Investimento Direto e trocas comerciais. Tudo isso para que se possa entender qual é o contexto em que se constroem as perspectivas do estreitamento das relações BRICS-Africa, principalmente a partir da adesão formal da África do Sul e seu simbolismo, os quais serão detalhados no último tópico.

3.2. Conjuntura: África na economia global

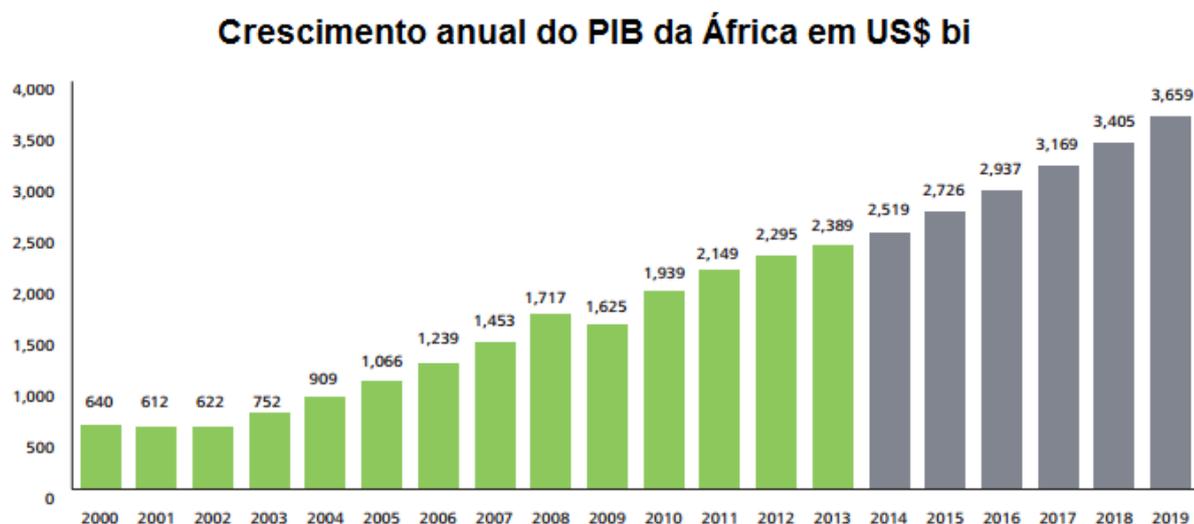
Para se entender os programas e projetos de cooperação para o desenvolvimento da África dos BRICS, é necessário analisar quais são os contextos de formação e as conjunturas das relações bilaterais de cada país membro da coalizão com o continente africano. Afinal, o fenômeno do agrupamento é recente, mas as pretensões de seus integrantes por maior prestígio internacional são antigas, o que os aproximou de alguns países africanos. A partir do início da década de 2000, as taxas de crescimento econômico (figura 1) dos países africanos apresentavam-se superiores às taxas de regiões do mundo consideradas mais desenvolvidas¹⁹, o que para autores como Yao Guimei (2014) representou a reintegração e o processo de solidificação da África na economia global.

Este contexto de crescimento econômico em termos de PIB se dá, em grande medida, devido ao grande potencial do continente africano no que se refere a recursos naturais, mercado consumidor, mão-de-obra e crescente urbanização. Isto

¹⁹ A taxa de crescimento da zona europeia, que é considerada uma região desenvolvida e é central ao sistema, em termo de PIB nominal, foi de 1,75% ao ano entre 1995-2010, por exemplo. Taxa muito inferior à africana de aproximadamente 5% ao ano. Fonte: Banco Mundial.

favorece a atratividade de capitais externos para a região, o que fez com que países como Brasil, China, Índia visassem a formar estratégicas relações bilaterais de trocas e de cooperação com os países africanos, principalmente nos setores de infraestrutura, energia e minas a partir dos anos 1990.

Figura1.



Fonte: Delloite (2014)

De fato, já existiam relações bilaterais estabelecidas entre os países BRICS e alguns países africanos antes da formação da aliança internacional, mas a aproximação entre os integrantes do acrônimo e seu seguinte “processo de institucionalização”, sobretudo a partir de 2009 intensificou e expandiu ainda mais a agenda daquelas relações bilaterais. Por isso, o *“Standard Bank of South Africa argues that it is the BRIC rather than the developed countries, which has redefined the role of Africa in the world economy”* (GUIMEI, et. al, 2014, p. 83). Guimei afirma a presença dos BRICS no continente africano como mais importante do que a presença dos países centrais expressa nas estatísticas das trocas comerciais e do investimento externo direto (IED) entre BRICS e África. De acordo com *“UNCTAD statistics, the proportion of the BRIC states exports over African imports climbed from 8.17 percent in 2001 to 18.58 percent in 2010. At the same period, the BRIC states imports to African exports ratio rose from 7.7 percent to 20.7 percent”* (GUIMEI, 2014, p. 83).

Esse fluxo de investimentos significa também a “ampliação da atuação de

empresas multinacionais e instituições financeiras dos países BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – no continente africano” (GARCIA, 2016, p.6). A presença destes organismos é constituída por Tratados Bilaterais de Investimentos (TBI) entre esses países no modelo tradicional europeu. O cerne desse TBI está na “cláusula investidor-Estado”, a qual significa que

mudanças nas condições do investimento num país – mesmo que sejam por razões ambientais, necessidades de saúde pública ou mudanças no contexto econômico e político – dão às empresas multinacionais o direito de exigir compensações e pagamentos pelos lucros não obtidos no momento das mudanças, e por lucros futuros, se o investimento era pensado para, por exemplo, 20 anos (GARCIA, 2016, p.6-7).

Garcia afirma que os atributos desses TBI asseguram “às empresas transnacionais direitos comerciais e de investimento vinculantes, com força coercitiva e executiva, frente ao qual o Direito Internacional dos Direitos Humanos se torna frágil.” (HERNANDEZ, 2009 apud GARCIA, 2016, p. 11).

. No próximo tópico serão abordados, portanto, as principais características e alguns indicadores das relações comerciais bilaterais e dos investimentos externos diretos entre os países BRICS e a África. A partir destes dados se poderá entender em que medida o panorama dessa aproximação entre os BRICS e a África, portanto, pode ser visto como uma nova corrida – por recursos naturais e mercados – para a África.

3.3. China

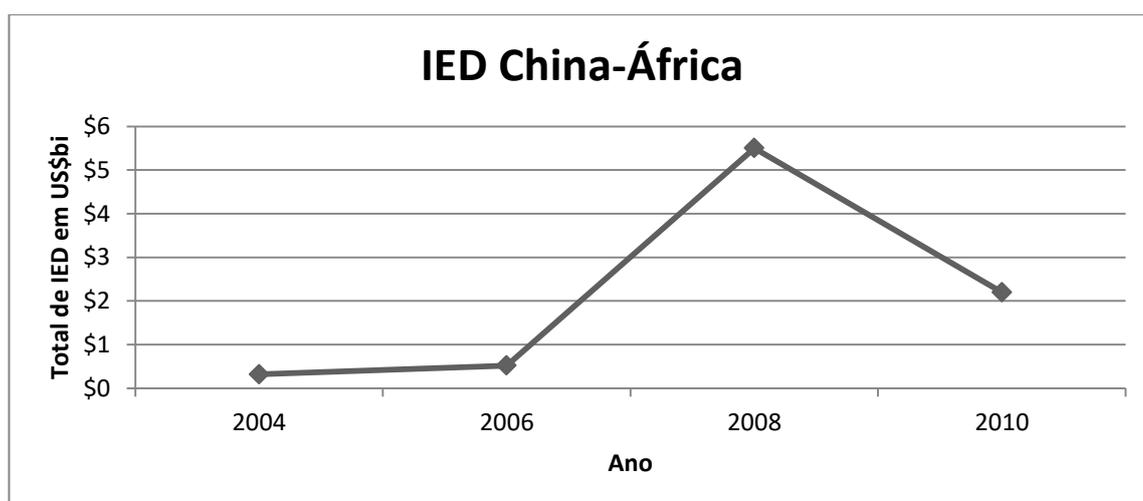
A China é o país dos BRICS com maior participação econômica na África. O Projeto Tanzânia²⁰ em 1960 é um marco nas relações desse país com o continente. Segundo Amisi, Peek e Maguwu (2014), quatro são os interesses chineses na África: acesso à matéria-prima, acesso a novos mercados, aumento de sua influência política internacional e isolamento de Taiwan pelo princípio da China única. A partir destes quatro pilares se constituem as relações sino-africanas nos âmbitos políticos e econômicos.

Até 2014, foram estabelecidos cerca de 2000 investimentos externos diretos

²⁰ Zambia Railway (Tazara) foi o projeto de construção da linha férrea Tanzânia-Zâmbia que custou US\$ 412 mi que foram financiados pela China em 1960.

(IED) de empresas chinesas no continente, empregando aproximadamente 80 mil pessoas em 49 países africanos (GUIMEI, 2014). Os investimentos chineses no continente envolvem principalmente os setores de mineração, energia e petróleo, em consonância com a busca por matérias-primas já mencionada. O fluxo de investimento externo direto da China na África aumentou em torno de 47% entre 2000 e 2004, passando de US\$216 milhões para US\$317 milhões. De acordo com Guimei (2014), dados do *Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment* apontam um crescimento entre 2004 e 2010 no IED chinês na África (figura 2). As taxas anuais de crescimento desses IED chegaram a atingir 115%, o que é superior ao aumento total dos IED chineses no mundo que ficou em torno de 63,4% no mesmo período. Já em 2012, de acordo com dados da UNCTAD, o volume destes investimentos chegou a US\$ 21,7 bilhões (GARCIA, 2016).

Figura 2.

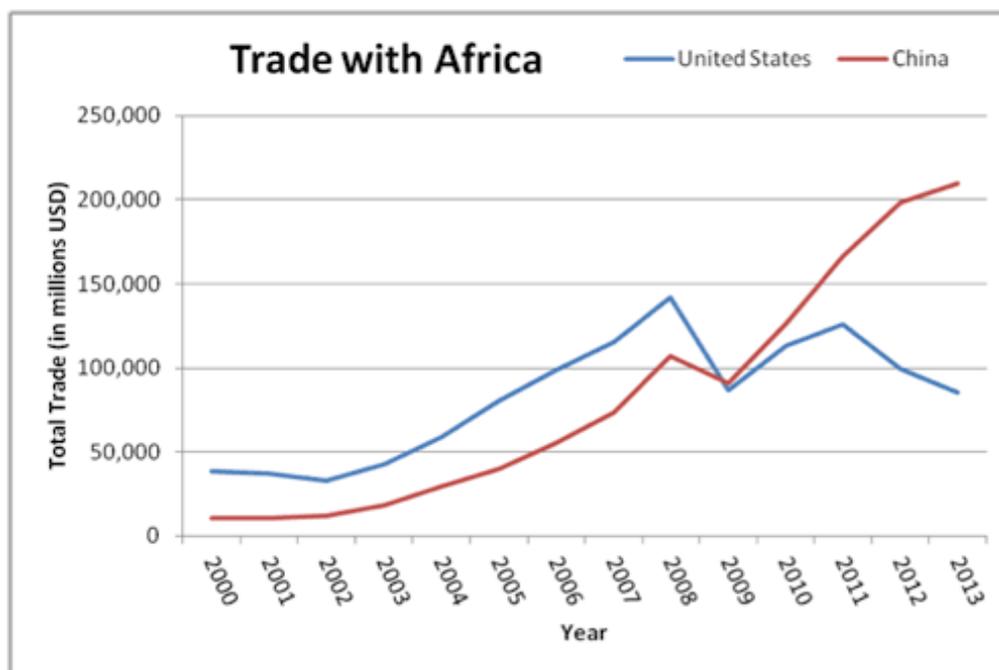


Fonte: Guimei (2014).

Grande parte destes investimentos estrangeiros é financiado pelo Banco de Desenvolvimento da China, o qual criou uma subsidiária específica no continente africano, “o Banco de Desenvolvimento China-África (CAD Fund), com um capital inicial de US\$ 1 bilhão, que eventualmente poderia chegar a US\$ 5 bilhões” (GARCIA, 2016, p. 19). A criação deste banco, juntamente à criação do Fórum de Cooperação entre China e África (FOCAC) em 2000, que tem por objetivo “estabelecer e garantir a política chinesa em relação ao continente africano, combinando a ajuda ao desenvolvimento com a política de não intervenção” (Garcia,

2016, p. 9), representam as pretensões chinesas de aumentar sua influência no continente africano. Estes dados da atuação chinesa na economia da África expressam como esse país se tornou o principal parceiro comercial do continente africano em 2009, ultrapassando os EUA (THE HILL, 2011). Em termos de volume de troca, a China tem um total duas vezes e meia maior que o estadunidense, os quais em 2013 eram, respectivamente US\$210 bilhões e US\$85 (figura 3).

Figura 3.



Fonte: The Hill (2011)

Entretanto estes positivos e crescentes números de trocas e investimentos não atingem resultados como os propostos pelos discursos de ajuda ao desenvolvimento e das políticas Sul-Sul propagados pelos BRICS. As relações comerciais sino-africanas são marcadas pela lógica extrativista e corporativista em que as grandes empresas e corporações chinesas realizam megaprojetos para o desenvolvimento na África que, na verdade, envolvem a apropriação dos recursos naturais de países como Angola, Sudão e Nigéria (AMISI; PEEK; MAGUWU, 2014), os quais fornecem cerca de 32% da importação chinesa de petróleo. Enquanto a exportação de produtos chineses para África é mais diversificada, sendo que mais da metade dela consiste em produtos eletrônicos, máquinas e automóveis, por exemplo.

3.4. Brasil

As relações bilaterais entre Brasil e África têm se intensificado desde a década de 1970, mas principalmente a partir de 2003, no governo Lula, em que a política de cooperação Sul-Sul tornou-se uma das diretrizes internacionais do país. Foi nesse mesmo governo que se conduziram esforços para a formação de uma coalizão dos BRICS e o estreitamento das relações entre seus integrantes. Os interesses brasileiros na África consistem na busca por aliança política para fortalecer a afirmação de seus interesses na política internacional e por recursos naturais para expansão de suas pretensões imperialistas. A herança colonial compartilhada entre o país e a África, em adição do Brasil ser o país com maior população negra no mundo depois da Nigéria, proporciona uma vantagem que torna o Brasil um dos membros dos BRICS mais culturalmente próximos de alguns países africanos.

De acordo com um estudo realizado entre 2003-2009 pelo *Standard Bank of South Africa* o montante de investimentos brasileiros no continente africano alcançou US\$ 10 bilhões envolvendo 25 projetos, que em média desembolsaram US\$ 400 milhões cada (GUIMEI, 2014). Entre 2001 e 2008, o estoque de investimentos brasileiros na África foi de US\$ 11,2 bilhões, representando 6,4% do total brasileiro. Já em 2012, o estoque foi de US\$ 1,1 bilhão (GARCIA, 2016). Esses investimentos estão presentes, principalmente, nos setores de infraestrutura, mineração e energia e seus maiores recebedores são Angola, seguido de Moçambique, Líbia e África do Sul (CABRAL, 2011). Empresas como a Vale, Petrobrás, Odebrecht, Camargo e Corrêa compõem as principais corporações brasileiras presentes na África.

A Vale, segunda maior mineradora do mundo, está ativa no continente desde 2004 em países como Angola, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné-Bissau e África do Sul. Foi anunciado em 2010 que seriam investidos entre US\$ 15 bilhões e US\$ 20 bilhões em projetos de mineração na África durante os seguintes cinco anos (WORLD BANK, 2012). Além disso, essa mesma empresa realizou um investimento de US\$ 1 bilhão para a construção de uma ferrovia no Maláui para escoar sua extração de carvão do território moçambicano (AMISI; PEEK; MAGUWU, 2014). Nesta região também existe o projeto do Corredor de Desenvolvimento de Nacala, que prevê ligar a mina de carvão de Moatize, explorada pela Vale, à Baía de Nacala através da construção de uma linha férrea que transportara cerca de 18

toneladas de carvão por ano. O valor dos investimentos em logísticas é aproximado em US\$ 4,4 bilhões²¹.

Há presença de outras empresas brasileiras como a Odebrecht em Angola desde 1984 com a construção da usina hidrelétrica em Capanda, localizada na província de Malange. Sendo que hoje sua “atuação já ultrapassou o setor da construção civil, e inclui serviços de saneamento, extração de petróleo e gás, produção agrícola (polo agroindustrial de Capanda), operação de minas diamantíferas e até mesmo gerenciamento de supermercados e coleta de lixo” (GARCIA, 2016, p. 43).

A Eletrobrás, por sua vez, estuda um projeto que prevê um investimento de aproximadamente US\$ 6 bilhões para a construção de uma usina hidrelétrica em Moçambique²². Estes projetos são, na maioria das vezes, financiados pelo BNDES que possui

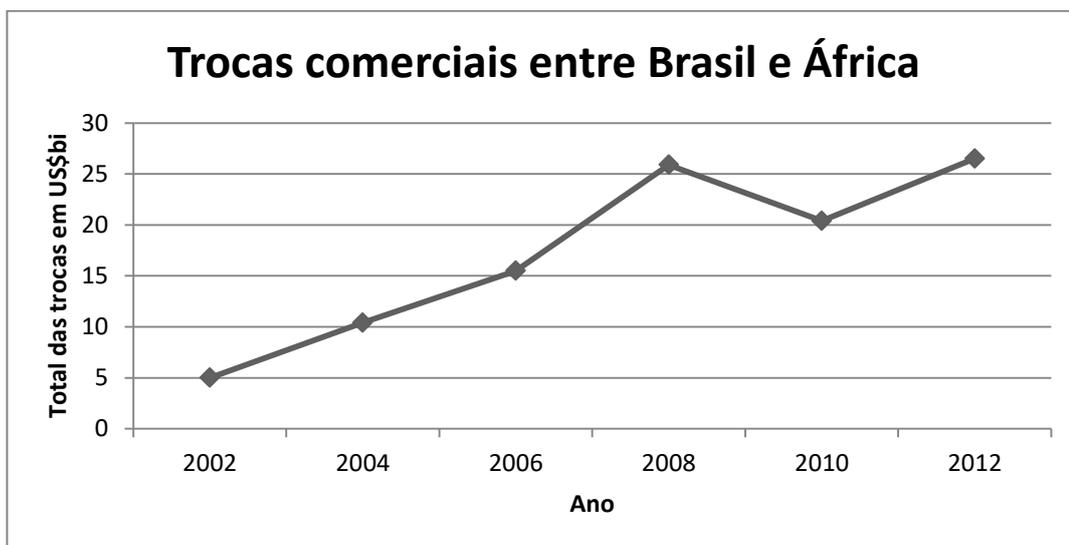
linhas de crédito aprovadas para Angola, Gana, Moçambique e África do Sul, para o financiamento da construção de infraestruturas de transporte, comunicação, transmissão energética e abastecimento de água e saneamento básico. Angola é o principal destinatário com uma linha de crédito orçada em US\$ 3.2 bilhões, tendo já sido desembolsados US\$ 1.7 bilhões (CABRAL, 2011, p. 25)

As trocas comerciais entre Brasil e África cresceram cinco vezes entre 2000 e 2010 (figura 4). Porém, este crescimento não representou diversificação das relações econômicas. Quase 80% das importações brasileiras da África consiste basicamente em minerais e matérias-primas, enquanto que as importações africanas do Brasil são diversificadas entre produtos agrícolas, veículos, peças, máquinas, minérios, entre outros (AMISI; PEEK; MAGUWU, 2014).

²¹ Ver <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/10341-acordo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-com-o-malawi>>

²² Ver <http://www.valor.com.br/empresas/2622466/eletrobras-pode-investir-us-6-bi-em-usina-e-linhas-em-mocambique?web=true>

Figura 3.



Fonte: World Bank (2012).

3.5. Rússia

A presença russa no continente africano já foi mais intensa do que é atualmente. Durante o período da URSS, o país atuou fortemente no continente, dando apoio aos processos de descolonização de alguns países africanos. Com o desmanche da União Soviética em 1991, o vínculo entre a Rússia e o continente africano foi significativamente rompido. Em 1992, a Rússia fechou nove embaixadas e quatro consulados no continente, à medida que foi dada pouca prioridade às relações com a África. A interrupção da política de ajuda externa, em 1991, pelo presidente russo Boris Yeltsin contribuiu para a deterioração das relações entre Rússia e os países do continente africano (ARKHANGELSKAYA, 2013). Já a partir da década de 2000, no contexto em que surgiram os BRICS, iniciou certa reaproximação russa com alguns países africanos. Os interesses russos, como os da maioria dos outros BRICS, são a busca por recursos naturais e novos mercados, além do apoio dos países africanos para as questões russas na ONU, como a da Chechênia e da Crimeia.

Os investimentos russos no continente africano atingem os setores mineração, petróleo, gás, construção e defesa. O estoque dos investimentos em 2012 foi de aproximadamente US\$ 2,1 bilhões (GARCIA, 2016). Estes investimentos são conduzidos por grandes multinacionais de capital russo. Existem dezoito

empresas russas ativas em treze países africanos e seus projetos mais significativos são: extração de diamante em Angola pela Alrosa; extração de níquel em Botsuana pela Nor Nickel; construção de depósitos de óleo em Costa do Marfim e Gana pela Lukoil; construção de depósitos de manganês e vanádio na África do Sul pelas empresas Renova e Evraz; por fim, extração de óleo em Guiné Equatorial pela Gazprom Neft (ARKHANGELSKAYA, 2013). Além disso, o governo russo planeja investir cerca de US\$ 5 bilhões em projetos para extração de recursos e minérios no continente até 2019 (AMISI; PEEK; MAGUWU, 2014). Em junho de 2009, a companhia Gazprom injetou US\$ 2,5 bilhões de dólares em um empreendimento conjunto com a Corporação Nacional de Petróleo da Nigéria, naquela que representa uma das maiores transações de IED da história da Nigéria.

A Rússia é a segunda maior exportadora de armas do mundo e suas relações com a África neste setor merecem atenção. Existem projetos de cooperação militar com a Etiópia e, entre 2002 e 2013, a Argélia gastou aproximadamente US\$ 54 milhões em compras militares, das quais 90,8% foram de origem russa (GARCIA, 2016). A história da

participação russa no comércio de armas com a África tem raízes na Guerra Fria, quando muitos exércitos africanos se tornaram dependentes do abastecimento e das tecnologias militares soviéticas. Hoje há um *trade-off* entre armas e petróleo: países africanos transferem ações de suas empresas do setor de energia ou autorizam o gerenciamento de recursos minerais em troca de armas russas (GARCIA, 2016, p. 36)

3.6. Índia

Apesar do vínculo histórico da Índia com a África, representado pelo apoio aos novos países africanos recém-independentes no século XIX, as relações entre estas regiões se intensificaram somente a partir de meados da década de 1990. O grande crescimento econômico indiano, neste período, incentivou a busca por novas fontes de recursos naturais, mercados para fomentar o desenvolvimento da economia, assim estreitando as relações entre o país e o continente africano.

Neste sentido, houve um impulso na condução do investimento externos indiano na África nos últimos anos. Entre 2000 e 2009, aproxima-se um montante destes investimentos de US\$ 9 bilhões de dólares (GUIMEI, 2014). Já em 2012, o volume totalizou o valor de aproximadamente US\$ 13, 2 bilhões (GARCIA, 2016).

Estes investimentos seguem “o padrão de países que buscam recursos a serem explorados e, além disso, um mercado que possa ser absorvido por essas empresas investidoras” (PAUL, 2012 apud. GARCIA, 2016, p. 30), sendo que, entre 2003 e 2009, cerca de 130 projetos foram envolvidos. A presença destes investimentos se faz principalmente nos setores energéticos, mineração e infraestrutura principalmente. É importante ressaltar que a África contribui com cerca de 20% das importações de combustíveis da Índia (AMISI; PEEK; MAGUWU, 2014). “Em Moçambique, a Tata Steel investiu US\$ 88,2 milhões no setor de mineração em 2007. Já a ONGC investiu US\$ 766 milhões no setor petrolífero no Sudão em 2002. A Reliance Industries colocou US\$ 1 bilhão em petroquímicos no Egito no mesmo ano” (GARCIA, 2016, p. 31).

Em 2008, uma conferência foi realizada em Nova Delhi, com a presença de oficiais de mais de vinte países africanos para delinear as potenciais relações de comércio, investimentos e empreendimentos privados entre Índia e África. O governo indiano se comprometeu a aumentar as linhas de crédito para US\$ 5,4 bilhões para África, além de impulsionar as trocas comerciais entre as duas regiões com o objetivo de atingir um volume total de US\$ 50 bilhões até 2011 (HERMAN; NAIDU, 2008). Estas trocas comerciais envolvem principalmente importações, para Índia, de petróleo, devido ao alto número de investimentos de firmas indianas em oito países produtores (THE ECONOMIST, 2011). Em 2011, o então Primeiro-Ministro Manmohan Singh, passou seis dias na África e anunciou a concessão, em termos simples, de US\$ 5 bilhões de dólares para países africanos dispostos a negociar com a Índia. Porém, Singh quer o apoio africano nos esforços para a reforma do Conselho de Segurança da ONU, na qual a Índia busca um assento permanente, em troca daquele investimento (THE ECONOMIST, 2011).

3.7. África do Sul e os BRICS

O caráter das relações bilaterais entre os países BRICS e a África é um ponto muito importante para se entender as perspectivas e os resultados da adesão sul-africana à coalizão, a qual foi formalmente convidada pela China em 2011 para participar das Cúpulas anuais dos Chefes de Estado e Governo dos BRICS. É

importante considerar que Jim O'Neill se demonstrou crítico à incorporação daquele país ao agrupamento, uma vez que países como México e Turquia, por exemplo, têm indicadores econômicos e populacionais mais próximos aos dos países BRICS. O PIB nominal sul-africano é quatro vezes inferior ao russo, e equivale a 1/6 e 1/7 do PIB total de Brasil e Índia, respectivamente; enquanto a população da África do Sul está em cerca de 55 milhões de habitantes, Brasil possui aproximadamente 208 milhões e China e Índia possuem mais de um bilhão de habitantes cada (World Bank, 2015). Assim, por que África do Sul foi consensualmente escolhida pelos BRICS para integrar a coalizão?

Aparentemente, o motivo está relacionado com o simbolismo envolvido na incorporação da África do Sul como uma porta de entrada dos BRICS para o continente africano. Esse simbolismo pode ser definido em dois termos. Primeiro, o apoio político internacional das nações africanas é de extrema importância para a afirmação dos interesses dos países BRICS como, por exemplo, a demanda por reformas em algumas instituições internacionais que é o caso de Índia e Brasil, que anseiam obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Em segundo lugar, mas não menos importante, os interesses econômicos na busca por novas fontes de recursos naturais e novos mercados para seus produtos. Neste sentido, é importante analisar as características das relações econômicas sul-africanas com seu continente.

A África do Sul é a maior economia do continente africano e o país da África que mantém o maior número de investimentos e trocas comerciais com o continente. Este país propaga o discurso de política de investimento baseado na busca por desenvolvimento mútuo da África, sendo as suas participações nas organizações sub-regionais e continentais as formas de articulação política e econômica no continente. O volume de IED sul-africano na África foi de cerca de US\$ 23,5 bilhões em 2012 (ALDREN, 2015 apud GARCIA, 2016), os quais giram em torno dos setores de telecomunicações, mineração, serviços, construção civil (GUIMEI, 2014).

A consolidação como hegemonia regional e a necessidade de expansão econômica são os interesses sul-africanos que baseiam as relações econômicas desse país com seu continente (AMISI, PEEK e MAGUWU, 2014). Em alguns casos, o país acaba realizando papel intermediário entre as potências internacionais e os

países mais pobres da região (GAMES, 2012), o que consiste numa prática denominada por Carmody (2015) “sub-imperialista”. Este é o caso das relações sino-sul-africanas com a Zâmbia, a qual é marcada pela monopolização de empresas sul-africanas na região com apoio de capitais chineses. Na cidade de Livingstone existem inúmeras instalações de negócios sul-africanos como a varejista *Shoprite*, a rede de postos *Engen*, a companhia de telecomunicação MTN, entre outros, os quais, em vez de incentivar a produtividade local retornam seus lucros para a sua sede. Esta condição impede o desenvolvimento dos negócios locais e criam uma situação de dependência para o país, uma vez já não produz os bens de consumo que sua população necessita (CARMODY, 2015).

O papel “sub-imperialista” atribuído à África do Sul atrelado à abordagem e às intenções dos BRICS sobre o território africano expressam, de certa forma, uma continuidade daquela divisão europeia da África no século XIX (CARMODY, 2015). Contundentemente no caso da relação entre África do Sul e China sobre o continente, em que “The South African and Chinese governments and companies on the continent are increasingly aligned, allowing power to be projected across Africa’s borders in novel ways that may be more durable than their colonial precursors.” (CARMODY, 2015).

4. BRICS na África: neocolonialismo?

O objetivo deste capítulo consiste em entender como a atuação dos BRICS no continente africano pode ser considerada precursora de uma nova forma de colonialismo. Para tal, serão analisados alguns casos de irregularidades e controvérsias resultantes da atuação de grandes corporações oriundas dos países BRICS em alguns países da África. Principalmente no que se refere ao alinhamento entre as elites locais e essas empresas e suas consequências para as populações atingidas.

O estreitamento das relações entre BRICS e alguns países africanos, bem como os interesses daqueles nos recursos naturais e mercados da África para expandir suas economias não representam, por si só, uma nova forma de colonialismo. Contudo, a falta de transparência, as irregularidades e a corrupção presentes nestas relações, principalmente, por parte das grandes empresas multinacionais que são respaldadas pelos governos dos países BRICS consistem em uma nova forma de imperialismo sobre o continente africano. Na medida em que, a partir da fragilidade de alguns Estados africanos, grandes corporações se aproximam das elites locais desses países e, de forma irregular, realizam negociações e acordos para a exploração de recursos naturais, o que piora as condições das populações locais em favor do aumento dos lucros daquelas empresas.

De acordo com dados da Transparência Internacional, as 75 companhias dos países BRICS analisadas na última edição do *Transparency in Corporate Reporting: Assessing Emerging Market Multinationals* não obtiveram resultados satisfatórios em termos de transparência em suas ações. As empresas chinesas foram as que mais contribuíram para este resultado, uma vez que a sua média foi 1,6 de 10. José Ugaz, *Chair* da Transparência Internacional afirmou que

Pathetic levels of transparency in big emerging market companies raises the question of just how much the private sector cares about stopping corruption, stopping poverty where they do business and reducing inequality. Time and again we see huge corruption scandals involving multinationals, such as Odebrecht Group or China Communications Construction Company, doing immense damage to local economies (International Transparency, 2016).

4.2. Casos de irregularidades na atuação de empresas dos BRICS na África.

Em relação às empresas brasileiras, “Conflitos relacionados às atividades da Vale em Moçambique vêm sendo amplamente abordados em artigos, reportagens e documentos de organizações não-governamentais nos últimos anos” (GARCIA, 2016, p. 42). Estes litígios envolvem a remoção de famílias camponesas, que moravam na região da mina de Moatize, as quais foram levadas para reassentamentos em regiões com pouco acesso à água potável e não muito propícias à agricultura, por exemplo. (GARCIA, 2016). Desapontadas com as promessas da Vale em relação ao reassentamento, cerca de 600 pessoas, em janeiro de 2012, obstruíram as linhas férreas e estradas da região. O protesto foi violentamente reprimido pela polícia, resultando em feridos e presos, alguns dos quais foram torturados na prisão de acordo com a ONG Justiça Ambiental de Maputo (AMISI; PEEK; MAGUWU, 2014).

Ainda no caso brasileiro, em 2016, a justiça americana condenou a Odebrecht, juntamente com a petrolífera Braskem, pelo pagamento de propina a oficiais de vários países ao redor do mundo. Entre 2001 e 2016 a empresa, irregularmente, realizou pagamentos estimados em um total de US\$ 439 milhões a oficiais estrangeiros, partidos políticos estrangeiros e candidatos políticos estrangeiros para garantir uma vantagem imprópria e ilegal, a fim de obter e reter mais negócios em alguns países. Este esquema envolveu mais de 100 projetos em doze países incluindo Angola, Argentina, Colômbia, República Dominicana, Equador, Guatemala, México, Moçambique, Panamá, Peru e Venezuela e estima-se que a empresa arrecadou ilegalmente cerca de US\$ 1,4 bilhões a partir dele.

Entre 2006 e 2013 houve pagamentos de cerca de US\$ 50 milhões em propina para oficiais do governo da Angola, a fim de garantir contratos de projetos públicos. Estima-se que a Odebrecht arrecadou ilegalmente US\$ 261,7 milhões em razão destes pagamentos irregulares. Em 2006, aproximadamente US\$ 8 milhões “in corrupt payment to an Angolan government official to obtain infrastructure projects in Angola. ODEBRECHT also paid another approximately \$1,19 million to a high-level official of an Angolan state-owned and state-controlled company to obtain business” (THE U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE, 2016).

Em Moçambique, entre 2011 e 2014, houve pagamentos em cerca de US\$ 900.000 a oficiais do governo. Além disso,

The corrupt payments included approximately US\$ 250,000 in payment to a high-level government official in Mozambique in Exchange for ODEBRECHT obtaining favorable terms on a government construction project, which the government had not been inclined to accept before ODEBRECHT offered to make the corrupt payment. ODEBRECHT made these payments in installments of \$135,000 and \$115,00 with the Division of Structured Operations' unrecorded funds from na offshore company. (THE U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE, 2016).

Um dos projetos mais controversos da Odebrecht no país foi a construção do aeroporto na cidade de Nacala, o qual aparentemente não tem sido muito útil para a população da região (AllAfrica, 2016). O custo total da obra foi estimado em US\$200 milhões, o qual foi parcialmente financiado pelo BNDES (Idem).

No que se refere à China, recentemente, tem surgido um sentimento anti-China em algumas regiões da África, em virtude de discordâncias entre as firmas chinesas e as populações locais atingidas pelos empreendimentos (AIDOO, 2010). A atuação irregular de determinadas firmas chinesas em alguns países africanos têm causado fricções em torno de questões trabalhistas, ambientais e políticas. Este é o caso da mina de carvão de Collum na Zâmbia, a qual até foi citada pelo governo zambiano por violações de direitos trabalhistas (OKEWO, 2013). Em 2010, mineradores se reuniram em forma de protesto por exigências de aumento salarial e contra as péssimas condições trabalhistas, porém acabaram sendo rechaçados por supervisores chineses armados. Em 2012, novamente foi organizado um protesto sob as mesmas demandas. Entre muitos feridos, um trabalhador chinês acabou sendo morto.

A Humans Right Watch publicou em um informe em 2011 chamado “You’ll be fired if you refuse” para retratar a situação dos trabalhadores zambianos nos empreendimentos chineses. Além das péssimas condições de segurança e salubridade dos mineradores, e mesmo contra a legislação do país, algumas corporações chinesas impediam a formação de uniões sindicais dos mineradores zambianos, sob ameaça de demissões caso o fizessem. Esta conjuntura tem perdurado desde 2001 causando várias injúrias e fatalidades para ambos os lados. Um dos casos mais extremos aconteceu em 2005, em que “at a Chinese-owned explosives manufacturing plant in Chambishi killed 46 Zambian workers; the

following year, riots in Chambishi over work conditions culminated in the shooting of at least five miners, allegedly by a Chinese manager” (Humans Right Watch, 2011).

A China é o maior responsável pelo IED no Zimbábue, cerca de 70%, mas constantemente surgem relatos de abusos de direitos humanos contra funcionários locais por parte dos empregadores chineses (GARCIA, 2016). As exigências das condições trabalhistas e de meio-ambiente são rebaixadas na atuação das empresas chinesas no continente africano. A exemplo disso,

A madeireira WEMPCO, com sede em Hong Kong, foi denunciada por ONGs por problemas de poluição devido à extração ilimitada de madeira no Cross River na Nigéria, que provê água potável e serve a mais de 300 comunidades, afetando gravemente a saúde dessas pessoas. A empresa, que chega a consumir 50 árvores ancestrais por dia, ganhou a concessão para explorar 75% de reserva florestal e construir uma gigantesca serraria, estimada em US\$ 10 milhões, nas margens do rio (ODIGHA, 1996 apud GARCIA, 2016).

Neste sentido, se pode entender o porquê de movimentos sociais e ambientais taxarem alguns empreendimentos chineses como “purposive plunderers of resources in poorly governed and mismanaged African states” (AIDOO, 2016).

Ademais, há grande presença indiana na agricultura na África por meio da compra de terras em alguns países. Na Etiópia, cerca de 600.000 hectares foram adquiridos por empresas indianas, sendo 2/3 dessas terras comprados pelas empresas Karuturi Global e Emami Biotech. A maioria destes investimentos envolvem regiões abrangidas por um programa do governo da Etiópia que, chamado Villagization, que buscou realocar cerca de 1,5 milhões de habitantes nativos dessas terras, para a entrada daquelas empresas e seus investimentos em agricultura. Contudo, esta realocação da população é feita a força e envolve, em muitos casos, violações de direitos humanos. No relatório de direitos humanos do Departamento de Estado dos EUA de 2011, foi relatada uma massiva violação de direitos humanos pelo governo da Etiópia que incluem prisões de ativistas e jornalistas, além de torturas, injúrias, abuso contra a população que se recusa a cumprir com as ordens de realocação. As empresas indianas negam responsabilidade por essas violações de direitos humanos, mesmo que os lucros em seus investimentos neste setor sejam às custas da piora na condição de vida de parte da população da Etiópia. Neste sentido, é possível comparar

a relação econômica atual entre Índia e a África [...] às relações coloniais

entre o Reino Unido e a Índia, na medida em que as trocas entre as duas regiões são dominadas por *commodities* de exportação africana para Índia, enquanto o país fornece produtos de tecnologia baixa e média para o continente. (ANWAR, 2014 apud GARCIA, 2016).

Por fim, o desempenho de algumas empresas russas no continente tem sido insatisfatório e reprovado por algumas lideranças regionais. É o caso do empreendimento conjunto da Development Trust of Zimbabwe e da russa Econedra Limited que envolve a extração de minerais em algumas regiões do Zimbábue. Várias reivindicações são feitas contra a atuação deste empreendimento em virtude da falta de transparência, responsabilidade social e da degradação ambiental no seu desempenho (AMISI; PEEK; MAGUWU, 2014). Em 2013, as atividades de mineração da empresa foram temporariamente interrompidas em virtude da degradação ambiental que vinha causando, por exemplo, no rio Mutare que é uma importante fonte de água para a região (Idem).

4.3. Incoerência entre a realidade e o discurso Sul-Sul.

Muitas publicações a respeito do tema afirmam que as relações entre os BRICS e a África podem fomentar o desenvolvimento socioeconômico dos países do continente. As declarações mantidas pela coalizão também compartilham esta perspectiva. Na quinta Cúpula anual dos BRICS em Durban, ocorreu paralelamente, o Fórum de Diálogo BRICS-África, em que foi declarado como objetivo alcançar um maior engajamento dos líderes da coalizão no suporte aos esforços africanos de aceleração e diversificação de suas economias. Na declaração de Fortaleza (2014) e de Sanya (2015), foi reiterado o compromisso em assistir o desenvolvimento socioeconômico e a erradicação da pobreza e desigualdades sociais em todo o mundo, especialmente na África²³.

Essas medidas são pautadas nos discursos de relação Sul-Sul, que diferente da ajuda dos países do Norte global, propõe maior horizontalidade, na medida em que, segundo alegam, os países se encontram em condições similares de desenvolvimento e modernização capitalista. Entretanto, ao contrário dos discursos,

²³ Declarações oficiais das cúpulas de Fortaleza e Sanya disponíveis em <<http://brics2016.gov.in/upload/files/document/57566d35a13456declaration.pdf>> e <<http://brics2016.gov.in/upload/files/document/57566e28a911e3rd.pdf>>. Acesso em: dezembro 2016.

a atuação dos países BRICS na África remete a uma lógica corporativista e extrativista, que pode ser entendida como uma forma de exploração de riquezas (AMISI; PEEK; MAGUWU, 2014). O modelo do enfoque das relações BRICS-África é “de extração e desenvolvimento de capital intensivo, fortemente baseado na queima e exploração de carbono e de acumulação de riquezas pelas elites, por meio de programas de ajuste estrutural” (Idem, p.424). Este modelo é bem introduzido na medida em que os interesses corporativistas em aumentar os lucros encontram com elites locais de Estados frágeis, que não têm real interesse em transformar a realidade social de suas populações e abrem mais espaços para os investimentos estrangeiros. O real interesse destas elites é tornarem-se parceiros das grandes corporações para enriquecerem à custa da exploração de seus países.

Nesta conjuntura, são firmados contratos irregulares, que dão vantagem às grandes corporações dos BRICS em garantias de projetos, sob pagamento de propinas, como é o caso da Odebrecht em Angola e Moçambique. Além disso, essa abertura para investimentos estrangeiros enfraquece o potencial da indústria local, que não é capaz de competir com os produtos e serviços estrangeiros mais baratos, como é o caso da grande presença de capital chinês e sul-africano na Zâmbia. Sem mencionar a condição irregular de empresas no que se refere à relação com as populações locais; à segurança e direitos salariais dos trabalhadores; e a violação de leis ambientais locais como é o caso de firmas Chinesas na Zâmbia e da brasileira Vale em Moçambique.

Portanto, é realmente coerente dizer que as relações BRICS-África são relações Sul-Sul? Na medida em que são pautadas no extrativismo e conduzidas, sobretudo por grandes corporações, respaldadas pelos governos de seus Estados, que buscam, no limite, aumentar seus respectivos lucros. Tampouco, trazem melhorias à condição social das populações em que se conduzem os investimentos, uma vez que os interesses corporativistas se atrelam ao das elites locais. A partir da exposição das controvérsias existentes nas relações BRICS-África, pode-se dizer que os países da coalizão acabam por reforçar “a Lex Mercatoria, que garante direitos aos grandes conglomerados multinacionais em detrimento das sociedades, trabalhadores e Estados nacionais” (GARCIA, 2016, p. 51).

Atribui-se o caráter neocolonial às relações BRICS-África na medida em que estas se assemelham às práticas dos países centrais para com a periferia. Parte-se da ideia de que, embora a colonização formal já não exista, o colonialismo ainda se mantém em vários contextos, porém por outros meios. Uma vez que antigas colônias não se tornaram independentes de fato das relações de poder do sistema colonial (PFRIEMER; BARBOSA, 2017). Neste sentido, o surgimento dos novos países africanos já se fez sob a lógica de poder colonial que controla o trabalho e mantém o *status* periférico ao continente.

A dependência é a chave para se entender o neocolonialismo. “it occurs when economic, political, or even cultural pressure is exerted to control and influence the order of things in other states” (BABHA, 2004; LARSEN, 2005 apud PFRIEMER; BARBOSA, 2017). Os países do continente africano são extremamente dependentes das grandes economias mundiais, as quais mantêm relações econômicas. O fato de China se tornar o maior parceiro econômico do continente, além de Brasil e Índia ocuparem o quarto e o sexto lugar nesta lista, os coloca como agentes de uma nova forma de colonização do continente. De fato, o interesse dos BRICS é por recursos naturais, mercados para seus produtos e zona de influência e o problema está na forma como são conduzidas estes objetivos. A busca por mercados para seus produtos inunda os países e impede que haja desenvolvimento de produtores e da indústria locais, como é o caso dos capitais sino-sul-africanos na Zâmbia. O retorno deste capital é direcionado, em grande maioria, de volta para as empresas e os Estados de origem. A extração dos recursos naturais é, em muitos casos, irregular e conflituosa. Os recursos são direcionados para o abastecimento da economia dos países, os quais devolvem com produtos e investimentos que beneficiam mais as empresas do que as populações locais. Essas relações, embora de fato movam a economia do país que recebe os investimentos, não transforma a realidade dele, que acaba se tornando dependente deste capital externo. O que coloca os países no mesmo nível de manutenção do colonialismo (por outros meios) que os países europeus.

5. Considerações finais

A modernidade global, resultado da totalidade espacial e temporal do capitalismo, apresenta um quadro de surgimento de novos centros de poder econômico que se opõem à hegemonia euro-americana. Isto é possível, dada a inexistência de alternativa aos Estados, a não ser incorporarem a lógica capitalista do sistema e buscar a melhor posição possível dentro dele, o que seria alcançável através do modelo de desenvolvimento eurocentrado (DIRLIK, 2005). Neste contexto, surgem oportunidades para países como os BRICS, os quais enraizaram as perspectivas de modernização europeia profundamente e por isso atingiram uma posição de destaque no sistema. O problema é que a constituição destes novos centros de poder não representam uma guinada rumo à superação da desigualdade sistêmica. Pelo contrário, a atuação em economias periféricas destes Estados se compara a das antigas potências ocidentais numa “nova corrida para a África” (GARCIA, 2016).

O presente trabalho procurou fornecer um panorama geral das relações entre BRICS e África no âmbito econômico, com o propósito de realizar uma análise crítica, sob a perspectiva decolonial, da atuação do agrupamento no continente. Desta forma, foram analisadas algumas das principais relações econômicas de cada país dos BRICS com o continente africano. Foram levantados índices de troca comerciais e o total de IEDs e quais os principais setores que envolvem, além das empresas que mais atuam no continente. Por fim, foram apresentadas as controvérsias e os conflitos com as populações atingidas pela presença de empresas e investidores de origem dos países BRICS.

A partir destes dados é possível concluir que os interesses dos BRICS na África são por recursos naturais, acesso aos mercados e por consolidação de zonas de influência política internacional. A maneira como são conduzidos estes interesses que se torna o grande problema. O alinhamento com as elites locais corruptas por vantagens nos negócios, juntamente às péssimas condições trabalhistas, e o descaso em relação à questão ambiental são fatores característicos das relações BRICS-África. As consequências disto são a deterioração da condição de vida das populações e o aumento da dependência dos países africanos às grandes economias.

Em síntese, conclui-se que os BRICS têm intensificado o extrativismo em Moçambique, Zimbábue e em outros países africanos, numa proporção em que a riqueza do continente está sendo rapidamente pilhada, em grande medida devido a más práticas empresariais, incluindo evasão fiscal, transferência ilegal de divisas e roubo escancarado de recursos minerais. As elites do BRICS [...] não são favoráveis à maioria dos africanos comuns, mas a seus próprios interesses. (AMISI; PEEK; MAGUWU, 2014).

O grande C dos BRICS não é necessariamente a China, mas o capitalismo. A lógica do controle do trabalho deste sistema permeado pela colonialidade permite o aumento do fosso da desigualdade entre os países ricos e pobres. É preciso “desvelar a lógica da colonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder (que, é claro, significa uma economia capitalista); e [...] desconectar-se dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais” (MIGNOLO, 2008, p. 315). Ao meu ver, somente assim será possível construir uma alternativa real para a superação da aguda divisão do mundo entre Centro e Periferia.

Referências bibliográficas.

ABDENUR, A.; FOLLY, M. **O Novo Banco de Desenvolvimento e a Institucionalização dos BRICS**. In: BRICS: Estudos e Documentos. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2015, p 55-78.

AIDOO, R. **Why Anti-Chinese Sentiment in África Is on the Rise**. *Sixth One*, 18 jul. 2016. Disponível em <<http://www.sixthtone.com/news/why-anti-chinese-sentiment-africa-rise>> Acesso em: 13 fev. 2017.

AMISI, B.; PEEK, B.; MAGUWU, F. **Ataque corporativo dos BRICS durante o extrativismo africano**. *Tensões Mundiais*. Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 413-433, 2014.

ARKHANGLESKAYA, Alexandra. **Russia's Africa policy**. *The BRICS summit 2013 - Is the road from Durban leading into Africa?*. [S.l]: China Monitor, 2013, p. 13-21. Disponível em <http://www.meleszenawi.com/wp-content/uploads/2013/03/China_Monitor_BRICS_Special-Edition_March_2013_Durban_South_Africa.pdf#page=30>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BEAUSANG, Francesca. **Globalization and the BRICS: Why the BRICS Will Not Rule the World for Long**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012.

CABRAL, L. **Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: Caracterização, tendências e desafios**. ed Textos CINDES N. 26. Rio de Janeiro: 2011. 39p. Disponível em: <<http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/09904.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2017.

CARMODY, P. **The New Scramble for Africa**. *Jacobin Magazin*, Issue 19, Uneven and Combined. Disponível em: <www.jacobinmag.com/2015/12/china-south-africa-imperialism-zambia-brics-globalization>. Acesso em: 24 jan. 2017.

DELOITTE. **Africa: A 21st century view**. *The Deloitte Consumer Review*, 2014. Disponível em <<https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/pt/Documents/consumer-business/The%20Deloitte%20Consumer%20Review.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

DAMICO, F. **Antecedentes: do Acrônimo de Mercado a Concertação Político-Diplomática**. In: BRICS: Estudos e Documentos. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2015, p 55-78.

DIRLIK, A. **The End of Colonialism?** The Colonial Modern in the Making of Global Modernity. Inglaterra: Hampshire College, 2004.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**: tradução de Galeano de

Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GAMES, D. **South Africa as Africa's Gateway: A Perspective from Business.** SAIIA, 2012. Disponível em: <http://www.saiia.org.za/images/stories/pubs/briefings/saia_spb_46_games_20120307.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2017.

GARCIA, A. **BRICS na África: mais do mesmo?** Um estudo comparativo dos acordos de investimento dos BRICS com países africanos. Rio de Janeiro: PACS, 2016.

GUIMEI, Yao. **BRICS economic and trade cooperation with Africa.** In: BRICS and Africa: Partnership for Development, integration and industrialisation. África do Sul: Madiba Communications, 2014, p. 82-87.

HERMAN, H.; NAIDU, S. **India in Africa.** Institute for Global Dialogue (IGD), África do Sul, v. 13.2, p. 4-6, Ago. 2008

HUMANS Right Watch. **You'll be fired if you refuse,** 2011. Disponível em <<https://www.hrw.org/report/2011/11/04/youll-be-fired-if-you-refuse/labor-abuses-zambias-chinese-state-owned-copper-mines>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

MARTINS, Carlos Eduardo. **O Pensamento Latino-Americano e o Sistema Mundial.** In: CLACSO. (Org.). Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 153-216.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política.** In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Rio de Janeiro: no 34, p. 287-324, 2008.

OAKLAND Institute. **FAQs on Indian Agriculture Investments in Ethiopia,** 2013. Disponível em <https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/Ethiopia_India_FAQ.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2017

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina.** En libro: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Julho de 2000.

QUINTERO, P. **Notas Sobre la Teoría de la Colonialidad del Poder y la Estructuración de la Sociedad em América Latina.** Argentina: Centro de Estudios Interdisciplinarios en Etnolingüística y Antropología Socio-Cultural, 2010.

STUENKEL, Oliver. **The BRICS and the Future of Global Order.** Estados Unidos: Lexington Books, 2015.

Transparência Internacional. Emerging market companies show low levels of transparency, allowing corruption to thrive, 11 jul 2016. Disponível em <http://www.transparency.org/news/pressrelease/emerging_market_companies_show_low_levels_of_transparency_allowing_corrupti> Acesso em: 11 fev. 2016.

THE ECONOMIST. **India in Africa: catching up.** *Print Edition*, 28 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/18745335?fsrc=scn/tw/te/ar/catchingup>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

THE U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE. Odebrecht and Braskem Plead Guilty and Agree to Pay at Least \$3.5 Billion in Global Penalties to Resolve Largest Foreign Bribery Case in History. Nova Iorque, 2016.

TORRES FILHO, E. **Da Industrialização Tardia à Globalização Financeira:** Lições da Experiência Japonesa. 1ª ed; Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System:** Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. New York: Academic Press, 1976.

WORLD BANK. **Bridging the Atlantic:** Brazil and Sub-Saharan Africa - south-south partnering for growth. Washington, DC: World Bank, v.1, 2012,